

04/01/2018

APEOESP

02

Acesse: [www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[imprensa@apeoesp.org.br](mailto:imprensa@apeoesp.org.br)

# Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

## Índice é de **7%** para professores. Reajuste salarial é conquista da APEOESP e da categoria

*Exigimos o pagamento do reajuste de 10,15%  
conquistado na justiça*

*Seguiremos lutando pela valorização e cumprimento  
da meta 17 do PNE e PEE*

O governo de São Paulo anunciou na manhã desta quinta-feira, 4 de janeiro, reajuste para o funcionalismo público de 3,5%; o percentual será diferenciado para duas categorias: policiais, que terão 4%, e professores, cujo reajuste será de 7%, extensivo aos pensionistas e aposentados. Também foi anunciado aumento de 50% no valor do auxílio alimentação, que passa de R\$ 8,00 para R\$ 12,00, e a ampliação da faixa salarial: terão direito ao benefício quem recebe até R\$ 3.777,90. Professores(as) que ganham a partir de R\$ 3.778,00, portanto, não terão direito ao auxílio-alimentação.

O Projeto de Lei ainda deverá ser votado pela Assembleia Legislativa, mas independente da data em que for aprovado, o reajuste será retroativo ao dia 1º de fevereiro.

A APEOESP empenha-se desde 2014 por reajuste salarial para o magistério. Nunca aceitamos a política de reajuste zero. Em 2015 realizamos uma greve de 92 dias. Fomos à justiça e obrigamos o governo a pagar os dias parados.

Em 2017 alcançamos sucesso em duas instâncias do Tribunal de Justiça quando obtivemos 10,15% de re-

ajuste para equiparar o salário base ao piso nacional. O governo conseguiu a suspensão do pagamento com um recurso extraordinário. Recorremos ao Superior Tribunal de Justiça. Aguardamos o retorno do recesso judiciário.

O reajuste de 7% que o governo anunciou é, portanto, **resultado da nossa luta, não é uma concessão, uma dívida**. E não desistiremos dos 10,15%, pois a partir deste mês a defasagem com relação ao piso nacional aumenta, devido ao reajuste de 6,81% no piso salarial profissional nacional. Também vamos prosseguir empenhados pelo cumprimento da meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação, que foi uma conquista da APEOESP e entidades do Fórum Estadual de Educação. O governo condicionava à lei de responsabilidade fiscal e retiramos esta trava com negociações e pressão na Assembleia Legislativa.

Embora ainda longe do que reivindicamos, este reajuste não deixa de ser uma conquista. Mas nossa luta – que é jurídica e política – continua junto com os professores nas ruas pela efetiva valorização dos professores e professoras e pela efetiva melhoria da qualidade do ensino.

Secretaria de Comunicação